

Ata nº 137 / XIII / 3.ª SL

Ao décimo dia do mês de julho de 2018, pelas doze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Audiência com o senhor Mariano Jabonero, Secretário-geral da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI)

Foi dado início à sessão, presidida pelo senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, o qual deu as boas-vindas aos senhores Deputados presentes. Cumprimentou o Secretário-geral e prestou esclarecimentos sobre a forma como iria decorrer a audiência.

No ponto único da ordem do dia, foi dada a palavra ao senhor Secretário-geral.

Tomou a palavra o senhor **Secretário-geral da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), Mariano Jabonero**, para saudar os senhores Deputados presentes, sublinhando a relevância do encontro e da sua vinda a Lisboa, referindo tratar-se da primeira deslocação oficial após tomada posse como Secretário-Geral da OEI. Salientou que a OEI é uma organização com mais de 70 anos, com forte presença em toda a região da América Latina e elevado potencial para a fomentar a cooperação entre os vinte e dois países membros. Frisou que a OEI sempre foi uma organização bilingue e que representa a maior comunidade bilingue do mundo, com perto de 800 milhões de pessoas. Destacou a recente instalação da representação regional da OEI em Portugal, manifestando o seu apreço pelo trabalho desenvolvido pela Dr.ª Ana Paula Laborinho, que considerou como essencial em todo o processo. Concluiu, dando nota de que está previsto que a OEI seja a primeira organização internacional a receber o estatuto de observador-associado na CPLP.

Terminada a intervenção inicial do senhor **Secretário-Geral**, intervieram os senhores Deputados:

Deputado Paulo Neves (PSD) para saudar o senhor secretário-geral, tendo começado por salientar o apoio do GPPSD à OEI, considerando tratar-se uma organização essencial no contexto da América Latina. Referiu que Portugal apoia a OEI e que a contrapartida desse apoio deve traduzir-se na valorização da língua Portuguesa, mencionando, em específico, a sua utilização em reuniões e documentos de trabalho. Congratulou o senhor Secretário-geral pelo estatuto de observador-associado na CPLP, solicitando que seja dada prioridade aos países membros da comunidade nas políticas a desenvolver pela OEI. Manifestou ainda o seu interesse no aumento da participação de instituições portuguesas em iniciativas promovidas pela OEI e concluiu, destacando a colaboração da Dr.^a Ana Paula Laborinho, que classificou como uma mais-valia para o trabalho desenvolvido pela OEI em Portugal.

Deputado Paulo Pisco (PS), para saudar o senhor Secretário-geral e a professora Ana Paula Laborinho e referir que a decisão de abrir uma representação da OEI em Lisboa sinaliza a forte ligação que existe entre Portugal e os Países Latino-Americanos. Questionou quanto ao balanço do trabalho desenvolvido pela OEI ao longo dos 70 anos de presença na América Latina. Referiu que o bilinguismo é uma característica daquela região, questionando quais os desafios que se colocam para que a língua portuguesa possa adquirir maior centralismo. Referiu também que a mobilidade de estudantes e o reconhecimento de graus académicos são elementos fundamentais para o sucesso do espaço Latino-Americano e concluiu, questionando que eventuais mais-valias se perspetivam com a obtenção do estatuto de observador-associado na CPLP.

Deputado João Gonçalves Pereira (CDS/PP), para saudar e agradecer a presença do senhor Secretário-geral, tendo realçado o facto de se tratar da primeira audiência num parlamento de um país membro da OEI após a tomada de posse como secretário-geral. No que se refere à cooperação institucional, destacou os benefícios da OEI, questionado quais os objetivos definidos na candidatura da OEI a observador-associado da CPLP. Referiu também a situação na Venezuela, questionado sobre ações e projetos que a organização tem desenvolvido naquele país, em particular na área da educação e quais as dificuldades sentidas na implementação desses projetos. Fez ainda referência à

agenda 2030, questionado de que forma pretende a OEI alinhar os seus esforços, de forma a corresponder ao quarto objetivo genérico de educação e de qualidade

Deputado João Oliveira (PCP), que igualmente saudou o senhor Secretário-geral, destacando, pela positiva, a abertura intercontinental da OEI a África, por via da CPLP. Manifestou o seu apreço pelo contributo da OEI na promoção do multilateralismo, que considerou de particular relevância no atual contexto internacional. Referiu que persistem entraves à cooperação internacional no domínio da investigação científica, em parte devido à proeminência que a língua inglesa tem adquirido na produção de conhecimento académico. Por conseguinte, questionou que medidas está a OEI a desenvolver para colmatar este tema.

Em resposta, o senhor **Secretário-geral** agradeceu o interesse demonstrado, informando que a OEI tem procurado contribuir para a resolução de questões transversais à América Latina, o que inclui contributos na negociação de processos de paz, dando como exemplo o caso da Colômbia. Mais informou que a ação da OEI desenvolve-se através de processos dirigidos à valorização da educação e da cultura, direcionados a fomentar uma cidadania de futuro. Referiu a natureza intergovernamental da organização, destacando a contribuição dos diferentes ministros da educação dos EM, na elaboração e execução de programas e projetos desenvolvidos pela organização a que preside. Nesta sequência, deu nota de alguns casos emblemáticos, como o programa para o combate à desigualdade e acesso ao conhecimento, frisando a sua relevância num mundo cada vez mais digital. No que se refere à língua portuguesa, reiterou que a OEI é, oficialmente, uma organização bilingue, contudo considerou necessário desenvolver mais esforços no sentido de transformar esta intenção numa realidade efetiva. Nomeadamente, informou que pretende promover a criação de estruturas internas e desenvolver programas direcionados a reforçar a utilização da língua portuguesa. Ainda sobre este tema, concordou que não é viável que a língua dominante no campo da ciência seja o Inglês, frisando a sua intenção de criar um sistema de incentivos que promova a tradução artigos científicos para português e espanhol. Sobre a mobilidade de estudantes e professores no espaço Ibero-Americano, destacou o Programa Paulo Freire, que considerou necessitar de expansão. Informou que pretende converter este programa numa versão Ibero-Americana do Programa Europeu Erasmus, mas que para tal é essencial que se estabeleçam regras comuns de avaliação entre os Estados-Membros, espelhando em parte o ocorrido durante o

processo de Bolonha. Referiu tratar-se uma questão técnica, mas crítica para que a mobilidade de estudantes se concretize. Já sobre a mobilidade no âmbito da investigação científica, informou da existência de alguns programas enquadrados em projetos de doutoramento, mas que estes tendem a ser de natureza político-administrativa e não educativos. Mais informou que existem países que já estão a avançar com este tipo de programas, mas que é necessário expandir este modelo para mais países e mais universidades. Referiu também que este é um momento crítico para a educação na América Latina, uma vez que existe toda uma geração de estudantes provenientes de famílias sem histórico de formação superior e que universidades públicas não estão capacitadas para dar resposta a este aumento de novos alunos. Como consequência está a verificar-se uma multiplicação de universidades privadas, cerca de 19000 em toda a região Ibero-Americana, o que coloca entraves ao reconhecimento mútuo de graus académicos, além de reforçar a necessidade de assegurar a qualidade do ensino prestado. Sobre a CPLP, referiu que o estatuto de observador-associado representa uma excelente oportunidade para expandir a ação da OEI para um espaço estratégico como o continente africano, considerando tratar-se de uma experiência que permitirá obter mais-valias para todos os envolvidos. Destacou, em particular, Cabo Verde como uma referência em temas culturais, frisando as possibilidades de colaboração nesta área. No que se refere à dimensão multilateral da OEI, informou que se trata de um princípio que acompanhou a organização desde da sua fundação, que procurou promover a integração das políticas de educação e ciência no espaço Ibero-Americano. No que se refere aos direitos humanos, informou que os problemas de corrupção e delinquência persistem na região, contribuindo para a subversão dos princípios democráticos, essenciais à estabilidade regional.

Tomou a palavra o senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para questionar qual o valor anual do orçamento da OEI e de que forma estão estruturadas as contribuições dos diferentes Estados-Membros para a organização. Em resposta o senhor **Secretário-geral** indicou que o orçamento anual ronda os 260 milhões de dólares e que o financiamento da OEI e dos seus programas é garantido pelas quotas obrigatórias e pelas contribuições voluntárias dos Governos dos Estados-Membros.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Terminada a intervenção do senhor **Secretário-geral**, o senhor **Deputado José Cesário (PSD)** agradeceu a sua presença e deu por finda a audiência.

A reunião foi encerrada pelas 13 horas, sendo dela lavrada a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de julho de 2018,

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

João Oliveira
José Cesário
Paulo Pisco
João Gonçalves Pereira
Paulo Neves